

Marco Aurélio Crocco Afonso

Marco Aurélio Crocco é professor titular da UFMG, Doutor em Economia pela University of London, Pós-Doutor pelas Universidades de Cambridge e Paris-Dauphine. Atualmente, é presidente dos conselhos de administração do Parque Tecnológico de Belo Horizonte (BH-TEC) e do INDI (Agência de Promoção de Investimentos e Comércio Exterior de Minas Gerais), vice-presidente da ABDE (Associação Brasileira de Desenvolvimento) e presidente do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG).

Antes de assumir a presidência do BDMG o senhor trabalhou como professor e pesquisador do CEDEPLAR, tendo como principais temáticas de pesquisa as inter relações entre sistema financeiro e desenvolvimento regional. Quais os principais elementos teóricos que justificam as estratégias diferenciadas do sistema financeiro ao longo do território e sua capacidade de conduzir diferentes regiões a padrões tão destoantes de desenvolvimento?

O principal elemento é a Teoria da Preferência pela Liquidez. Numa sociedade capitalista, os agentes econômicos buscam reproduzir e ampliar suas riquezas. O que faz o capitalista escolher a forma de fazer é a sua preferência pela liquidez. Quando a incerteza da economia aumenta, os agentes econômicos optam por ficar mais líquidos. E, da mesma forma que o indivíduo tem suas preferências pela liquidez, o mercado também tem. Portanto, nas regiões mais periféricas, mais atrasadas e com menor dinamismo econômico, o risco é maior. Dessa forma, o sistema financeiro acaba por não emprestar apenas em função do PIB, ele leva em consideração a comparação entre as regiões, o que causa disparidade. Um indicador desenvolvido pelo Cedeplar mostra que, se o sistema financeiro fosse neutro, e a concessão de crédito determinada exclusivamente pelo nível de atividade econômica, uma região específica deveria ter a sua participação na distribuição do crédito igual à sua proporção no PIB.

No entanto, isso não ocorre. Em regiões

menos desenvolvidas, as suas participações na distribuição de crédito são menores do que as suas participações no PIB. Em regiões centrais, o inverso ocorre.

Esse fato – pouco estudado na literatura – contribui para a ampliação das disparidades regionais.

Nesse contexto, qual o papel do poder público na redução dessas disparidades regionais?

A consequência lógica mostra que deixando o sistema financeiro operar livremente ele tende a aprofundar as desigualdades sociais. Por isso, para se reduzir essas disparidades, é necessário regular o sistema financeiro de forma que ele capte a poupança de regiões periféricas e aplique em investimentos em regiões centrais.

As grandes experiências positivas de desenvolvimento regional sempre se caracterizaram por serem desenvolvidas em regiões com sistemas financeiros mais regulados. Portanto, um sistema financeiro livre, sem regulamentação, tende a aumentar as desigualdades regionais.

Qual a importância histórica do BDMG no desenvolvimento econômico de Minas Gerais e na redução das desigualdades regionais?

Todos os grandes projetos de desenvolvimento de Minas Gerais tiveram a participa-

ção do BDMG. O desenvolvimento industrial e o desenvolvimento agrícola, desde a década de 1960 até meados da década de 1980, fizeram parte de um grupo de ações planejadas do Estado que detinha imensa capacidade de planejamento. Em Minas Gerais, foram criados, por essa equipe, além do BDMG, a CEMIG, o INDI, a Fundação João Pinheiro, o CEDEPLAR, dentre outros.

Isso permitiu o Estado intervir na economia planejando seu nível de atividade. O BDMG sempre esteve nos grandes projetos de MG: operou fundos, auxiliou o processo da mineração e encadeamento com siderurgia e depois com setor mecânico, com a vinda da FIAT, no Projeto Jaíba, dentre outros. O primeiro grande estudo de planejamento a longo prazo do Estado foi feito dentro do BDMG nos anos 60.

E atualmente, quais são os principais projetos conduzidos pelo BDMG e quais são seus objetivos primordiais?

Em 2015 – com o Governo de Fernando Pimentel – resolvemos mudar essa estratégia. Criamos um lema “vamos recuperar o D de Desenvolvimento do nome do Banco”. Para isso, fizemos um planejamento estratégico pautado em ser um banco sustentável: ser capaz de gerar desenvolvimento por meio de escolhas intencionais, resgatando o seu papel indutor.

A nossa estratégia se baseia na atuação por meio de programas transversais a diversas áreas do BDMG. São eles: Sustentabilidade e Eficiência Energética; Desenvolvimento Social e Regional; Inovação e Agronegócio. Para materializá-los, lançamos, por exemplo, edital para hospitais filantrópicos, apresentamos crédito especial para empresas localizadas em municípios com Índice de Desenvolvimento Humano (IDH-M) menor que a média do Estado,

apresentamos uma linha especial para atender as empresas da área da economia criativa, retomamos o Fundo de Defesa da Economia Cafeteira (Funcafé) e preparamos para muito em breve a divulgação de produto para o setor rural e um programa para universidades. São algumas da série de iniciativas que buscam induzir setores estratégicos para a transformação produtiva do Estado.

É importante ressaltar que o BDMG atende a todas as empresas e municípios de Minas Gerais e continuará com esse legado, especialmente em momento de retração econômica. O comportamento anticíclico é das funções de um banco de desenvolvimento e estamos comprometidos com essa atribuição.

O Brasil vive uma de suas piores crises econômicas de sua história. Não bastasse o cenário nacional, alguns estados também se encontram em sérias dificuldades financeiras, a saber, os casos do Rio Grande do Sul, do Rio de Janeiro e em menor grau, mas ainda com certa gravidade, Minas Gerais. Quais os possíveis impactos desse cenário na atuação dos bancos públicos, em especial o BDMG em Minas Gerais?

A crise afeta o Banco porque a inadimplência aumenta. Como o setor produtivo não está conseguindo vender o suficiente para pagar suas contas, aumenta a inadimplência. Mas, como um banco de desenvolvimento, temos que saber lidar com isso e precisamos continuar financiando. O superávit do Banco tem ficado no Banco, para capitalizar-nos. A cada um real que a gente desembolsa são gerados R\$ 1,99 na produção, R\$ 2,07 em valor adicionado e R\$ 1,98 em remunerações.